



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

TERRA INDÍGENA ARAPUÁ, REGIÃO ALTO CAUAMÉ, MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE - ESTADO DE RORAIMA

2ª REUNIÃO DA COORDENAÇÃO AMPLIADA DELIBERATIVA DO CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA: “Retomando os nossos territórios para garantir a vida no planeta”

CARTA DO ARAPUÁ

Nós, Tuxauas, Professores, Mulheres, Jovens, Crianças, Coordenadores, Conselheiros, Operadores de Direito, Agentes de Saúde, Agentes de Proteção Territorial e Ambiental Indígenas e demais lideranças dos povos Wapichana, Macuxi, Taurepang, Wai Wai, Saporá, Yekuana, Yanomami, das etno regiões Serras, Surumu, Baixo Cotingo, Raposa, Amajari, Murupu, Serra da Lua, Wai Wai, Tabaio, Alto Cauamé e Yanomami, reunidos na 2ª Reunião da Coordenação Ampliada Deliberativa do Conselho Indígena de Roraima, realizada nos dias 05 a 07 de dezembro de 2023, na Comunidade Indígena Arapuá, Terra Indígena Arapuá – Região Alto Cauamé, conforme os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, e da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, viemos exigir o cumprimento de nossos direitos e proteção de nossos territórios e de nossas lideranças, conforme passamos a expor:

1. Manifestamos o nosso apoio às lideranças e a comunidade Arapuá da Terra Indígena Arapuá, que lutam e resistem há mais de 50 anos pela demarcação de seu território ancestral e enfrentam diariamente violações de seus direitos, circundados por cercas elétricas e porteiras das fazendas que ameaçam o direito de usufruir de seu território para pescar, tirar palha de buriti, fazer roça, e serem livres em seu próprio território. Diante das ameaças de morte que sofrem, pedimos que o Ministério da Justiça, Ministérios dos Povos Indígenas e Ministério dos Direitos Humanos estabeleçam um plano estratégico concreto para proteger a integridade física dos coordenadores regionais de Alto Cauamé, do Tuxaua Gustavo, bem como dos moradores da comunidade Arapuá.

2. Exigimos que a FUNAI crie os GTs (Grupos Técnicos) para iniciar o estudo das terras indígenas que têm processo administrativo de demarcação em andamento e de reestudo das terras indígenas: Pium – Tabaio, Manoá Pium - Serra da Lua, Anzol e Truaru da Cabeceira - Murupu. Mencionamos que a demora do atendimento dessas demandas tem causado várias ações na Justiça Estadual e Federal de criminalização contra as nossas lideranças, acusando-as de supostamente incorrerem nos crimes de formação de quadrilha, destruição de patrimônio e crimes

1



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

ambientais. Repudiamos esse cenário de injustiças que rememoram os tempos da ditadura militar em que o Estado perseguia e matava as lideranças que lutavam em defesa de seu território tradicional.

3. A proteção e preservação de todos os biomas sempre foi exercida pelos povos indígenas e é por isso que enfatizamos que as nossas terras demarcadas e protegidas são a solução para o combate às mudanças climáticas, desastres ambientais e ecológicos, como secas prolongadas, enchentes e alta temperatura que toda a humanidade já está vivenciando. Enquanto as grandes discussões e decisões sobre mudanças climáticas estiverem sendo tomadas em espaços climatizados e ainda, por países ricos, que são os principais responsáveis pela poluição do planeta, como ocorreu na COP-28 em Dubai – Emirados Árabes Unidos, não haverá grandes mudanças e a humanidade, principalmente quem protege o planeta, continuarão sendo afetados. Aliás, nossos territórios seguem sendo invadidos pela monocultura, destruídos pela ganância exploratória de ouro e petróleo, e destruídos pelas grandes indústrias. Ações que são contraditórias ao próprio discurso nos espaços da COP.

4. Reforçamos apoio às lideranças mulheres do movimento indígena de Roraima, Sinéia Wapichana, Raquel Wapichana, Fátima Makuxi, e Charlane Almeida que foram à COP-28, ecoar nossas vozes e as demandas das comunidades indígenas, buscando resistir e reverter este cenário apocalíptico do clima. É preciso que respeitem a garantia de autonomia dos povos indígenas e que o reconhecimento da necessidade de reparação às injustiças climáticas não sejam mais uma vez, uma forma de empresas, corporações e o próprio Estado enxergarem uma oportunidade para se colocarem como negociadores das ações e acordos que serão aprovados nessa Conferência.

5. Mais uma vez, nós povos indígenas, estamos na iminência de um retrocesso dos nossos direitos caso o Congresso Nacional derrube os vetos do Presidente da República sobre a lei nº 14.701/2023, que regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal, para fixar a tese do Marco Temporal no processo de demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados. Ressaltamos que o Supremo Tribunal Federal já declarou essa tese inconstitucional a partir do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, com repercussão geral (Tema 1.031). Apesar disso, parlamentares da bancada ruralista tentam promover o genocídio legislado dos povos indígenas mediante a lei nº 14.701/2023, para impor a tese do Marco Temporal e dentre outras violações, busca inviabilizar o processo de demarcação, dificultar a retirada dos invasores, permitir a instalação de grandes empreendimentos em terras indígenas sem a consulta prévia, livre e informada com os impactados e facilitar o contato forçado com os parentes em isolamento voluntário. Diante disso, exigimos que o Parlamento Brasileiro mantenha os vetos presidenciais sobre a lei nº



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

14.701/2023 e reafirme nossos direitos garantidos e aprovados na mesma Casa. E não promova mais uma vez o genocídio indígena no Brasil.

6. O Estado de Roraima está sendo devastado pela monocultura de soja, inclusive, com o total apoio do governo que promove ações de estímulo ao agronegócio, tentando impor projeto de grãos sem a consulta nas comunidades, afetando diretamente a vidas dos povos indígenas, e transformando as paisagens naturais, gerando impactos devastadores nas Terras Indígenas Jabuti, Serra da Moça, Pium, Anzol e Sucuba. Já denunciemos os impactos à comunidade Morcego da Região Murupu que foi atingida por agrotóxicos, prejudicando o meio ambiente e a saúde dos moradores.

7. Nossas comunidades indígenas possuem um sistema de organização social própria, seja escrita ou não, por meio dos PGTAs (Planos de Gestão Territorial e Ambiental), Protocolos de Consulta, Resoluções de Conflito através dos Regimentos Internos e das atividades de fiscalização realizadas pelos agentes do Grupo de Proteção de Vigilância Territorial Indígena – GPVTI. Portanto, o Estado brasileiro deve reconhecer e respeitar nossas decisões deliberadas em Assembleia, pois o nosso direito de organização social é garantido pela Constituição Federal. Reiteramos que o combate ao consumo e venda de bebidas alcoólicas nas comunidades indígenas deve ser de caráter permanente e qualquer conduta contrária deve ser apurada e responsabilizada, por isso reivindicamos: *"Não à bebida alcoólica, e sim à comunidade"*.

8. Nosso controle social em saúde continua se fortalecendo, mas apesar do diálogo aberto, dos espaços conquistados e dos esforços dos gestores indígenas, ainda há poucas mudanças na SESAI. As dificuldades do DSEI Leste e Yanomami em avançar com licitações e os trâmites burocráticos obrigam a saúde pública a contar com parcerias privadas e órgãos internacionais que se beneficiam da inoperância do Estado. A saúde Yanomami ainda segue em crise, crianças morrem todos os dias por desnutrição grave, surto de malária e em decorrência do garimpo que desde o segundo semestre, tem voltado em peso. A contaminação de mercúrio no sangue é o pior cenário que cada vez mais causa a dizimação do povo Yanomami.

9. Denunciamos que a CASAI Yanomami continua superlotada, e enquanto organizações atuam disputando por recursos internacionais, crianças continuam morrendo, demonstrando um desconhecimento da política de território. Lembramos que a saúde diferenciada teve como referência a experiência de saúde comunitária implementado pelo movimento indígena em Roraima. Isso deve ser respeitado e valorizado como conquista de nossas lideranças tradicionais que tanto lutaram por um subsistema de saúde específico e diferenciado.

10. Denunciamos que corpo técnico do DSEI Leste e Yanomami é insuficiente para atender a nossa população e precisa aumentar. Por esse motivo,



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

muitas comunidades mais afastadas ainda não puderam estar no plano da SESAI, como é o caso da região Wai Wai. Além disso, o problema com a seca em Roraima tem sido devastador e a SESAI não está preparada para responder às emergências.

11. Fomos surpreendidos com o decreto 14.621 do Ministério da Saúde, que estabelece o funcionamento da saúde indígena. Não podemos aceitar diretrizes sem diálogo com as nossas organizações e comunidades indígenas. É preciso respeitar o direito à consulta na construção e reformulação de políticas públicas aos povos indígenas.

12. A nossa educação escolar específica e diferenciada continua sem a devida atenção do governo que nos últimos anos não tem realizado a construção de escolas, reforma, revitalização dos prédios, mesmo com emenda da ex-deputada Federal Joênia Wapichana direcionada para a educação escolar indígena de Roraima no valor de R\$ 44 milhões. Denunciamos que nossos parentes Yanomami estão abandonados pelo Estado brasileiro, tendo que sair das comunidades para estudar nas cidades por causa de falta de escolas no território. Existem estruturas, mas sem condições de funcionamento.

13. Requeremos apoio do Governo Federal ao Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, para destinação de recursos voltados à construção e reforma da estrutura dessa escola, uma escola de base comunitária de ensino médio técnico e que representa a resistência dos povos indígenas. Em 2005, o Centro foi incendiado pelos rizicultores e grupos contrários a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e apesar disso, continua formando jovens e sendo a nossa referência de educação escolar indígena específica e diferenciada.

14. Reforçamos que o Estado Brasileiro deve fomentar a economia indígena sustentável, criando estratégias para desburocratizar e viabilizar a compra de produtos indígenas, financiamento diferenciado para os produtores e selo dos produtos indígenas. Nós somos responsáveis pela produção de alimentos orgânicos, criação de peixe, roças orgânicas e sementes tradicionais, que sustentam as nossas comunidades e são comercializadas em feiras regionais. Diante disso, repudiamos a propaganda do governo do Estado de Roraima que levou o título de “agro indígena”, pois não reflete os interesses e nem a forma produtiva das comunidades.

15. Nas últimas semanas, assistimos pelos noticiários a tensão nas fronteiras da Guiana e Venezuela, devido ao suposto conflito entre os dois países, ocasionando a entrada e permanência do Exército Brasileiro nos nossos territórios São Marcos e Raposa Serra do Sol, sem consultar as comunidades, causando insegurança aos moradores. Diante disso, requeremos uma reunião com o Estado brasileiro para obtermos informações e esclarecimentos sobre esses recentes acontecimentos.



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

16. Reafirmamos que a história do movimento indígena foi construída por mulheres, coordenadores, tuxauas, jovens e lideranças formadas nas bases e que saíram do território em busca de assegurar nossos direitos, conquistados e consolidados a partir de nossa luta, união e resistência. O Acampamento Terra Livre - ATL é um espaço construído pelas lideranças de base e não pode ser transformado em palanque político de promoção pessoal, interesses individuais e sem representatividade. Por isso, reforçamos que as deliberações tomadas por nossos parentes, que ocupam cargos ou funções no governo (estadual e federal), sem consulta às bases, não nos representam e contradiz a forma de organização da nossa política do malocão. Reiteramos que qualquer plano ou ação que afete nossas vidas, deve ser submetido a consulta de nossas organizações de base e lideranças. Afirmamos que *“movimento indígena é movimento indígena e governo é governo”*.

17. Diante do que manifestamos, exigimos ao Estado Brasileiro o cumprimento dos nossos direitos à proteção, fiscalização e demarcação dos territórios tradicionais e originários, assim como respeite a nossa organização social, política e cultural.

“Retomando os nossos territórios para garantir a vida no planeta.”

Comunidade Arapuá – Região Alto Cauamé, 7 de dezembro de 2023.

Assinam as lideranças.